

“Meninos eu vi, meninos eu vi...”

Recentemente, em um fórum sobre o exercício profissional e uma Assembléia de Representantes da AMIB, realizados simultaneamente em Porto Alegre, a discussão sobre as maneiras de concessão de títulos de especialistas em Medicina Intensiva voltou novamente à baila. Os argumentos foram os mesmos de sempre, defendidos pelos mesmos personagens.

Estou na AMIB desde o seu nascimento, isto é, desde a reunião de fundação, realizada no início dos anos oitenta num respeitoso anfiteatro do Hospital das Clínicas de São Paulo. Alguns participantes ainda estavam presentes nessa última reunião da AMIB. Lá se vão vinte e um anos! Época de maioridade... Mas não o foi o que se viu em Porto Alegre.

Sob minha óptica, alguns progrediram, outros ficaram como sempre estiveram e outros regrediram. Esses movimentos evolutivos, estacionários ou involutivos ocorreram de forma previsível. Os estados que trabalharam forte, criteriosamente e com os olhos voltados para a qualificação dispararam e apresentam hoje soluções locais bem estabelecidas. Veja-se o caso de Santa Catarina, para citar um estado pequeno e não se argumentar que seria o poder econômico o determinante dessa evolução. Florianópolis é hoje um centro formador de alta qualidade, com intensivistas participando das decisões da saúde do estado, tanto no nível profissional quanto no nível acadêmico: um colega nosso de especialidade foi secretário estadual da saúde, um é diretor geral do Hospital Universitário da UFSC e uma colega diretora clínica da mesma instituição.

Outros locais, ao contrário, passaram a interpretar de forma diferente o mesmo problema. Alguns tentaram resolver o problema criado por colegas mais velhos que no início do movimento de criação da especialidade não levaram fé no que acontecia, perdendo o bonde da história, ficando sem titulação e, ao se darem conta estavam em risco de perderem suas posições de chefia, recorreram ao casuísmo para recuperar o privilégio. Outros assumiram a defesa de outros que se recusaram a fazer formação especí-

fica em intensivismo, optando por outras especialidades e, que pressionados pelo mercado, terminaram dando plantão em uma unidade e que agora, por contingência das portarias ministeriais, necessitam o diploma.

O valor do diploma passou a resumir-se em si mesmo, não refletindo uma diferenciação profissional. O que se viu nessas duas décadas foi que os estados que optaram pelas últimas alternativas presenciaram um desfile de médicos temporários nos serviços de Terapia Intensiva, vindo quando o orçamento assim mandava e iam quando a vontade e a vocação podia prevalecer sem mais necessidade do salário. Os antigos, tão laboriosamente defendidos por muitos, nem sequer compareceram para pegar seus documentos obtidos por proficiência ou não compareceram para a prestação de prova quando permitido. Como diria Tomasi di Lampedusa “mudou-se para continuar tudo do modo que sempre foi”.

Uma moeda tem valor quando é rara ou quando tem seu lastro em ouro... Distribuir-se diplomas apenas pela prestação de provas continua um viés perigoso e pensar assim não significa desconhecer e não respeitar as diferenças regionais. Arrumar-se um modo mais fácil para titular-se os plantonistas do Hospital Geral de Cacimbinhas do Sul (aqui vai um exercício retórico, uma vez que tal cidade, penso eu, não existe) não qualificará o hospital, o município, a equipe médica ou o próprio médico, mas desqualificará o título. Medicina se faz com pedigree: Dr. Fulano é treinado por Dr. Sicrano, que foi treinado por Dr. Beltrano. Não existe autodidatismo em Medicina.

Daqui mais vinte anos, e, acreditem, não estou querendo ser profético, pois não tenho tal vocação, e pretendo já estar gozando merecida aposentadoria, o senhores estarão testemunhando a mesma lamúria dos mesmos locais, talvez com pessoas diferentes, mas com as mesmas teses. Se estiver vivo poderei dizer “meninos eu vi, meninos eu vi...”

Dr. Cleovaldo T. S. Pinheiro
Editor Chefe